

Um capitalismo de Estado voraz

Os críticos do capitalismo de Estado — empresários e industriais conservadores, economistas da Fundação Getúlio Vargas, discípulos de Milton Friedman, bem como membros do governo Figueiredo — alegam que as estatais não são apenas ineficientes e dispendiosas, mas também, em alguns casos, “grandes demais” (gigantismo, ou seja, demasia-damente capitalizadas em relação à realidade brasileira). Muitas das empresas gastam efetivamente mais do que produzem. Em fevereiro de 1984, o governo federal tinha, segundo seus próprios cálculos, 317 estatais “em operação”, empregando coletivamente um total de 1,4 milhão de pessoas. O número verdadeiro incluindo as empresas nas quais o governo federal possui uma participação minoritária é mais elevado e abrange empresas de importância internacional. Na lista das 500 empresas internacionais da revista *Fortune*, em 1984, o Brasil ficou com sete delas; cinco eram estatais — Petrobrás, Companhia Vale do Rio Doce, Siderbrás, Usiminas e Cosipa — e duas eram multinacionais — General Motors e Ford. Nenhuma empresa privada brasileira, no entanto, foi incluída entre estas 500.

Carlos von Doellinger, um especialista em gastos governamentais, observou que o orçamento total das estatais é três vezes maior do que o do governo federal. Os presidentes Geisel e Figueiredo tentaram em muitas ocasiões colocar as estatais sob controle. Geisel colocou a responsabilidade contábil nas mãos do Tribunal de Contas da União em

1975, numa vã tentativa de controlar os gastos. Figueiredo criou a Sest (Secretaria Especial de Controle das Estatais) em 1979, subordinada à Seplan, para controlar os abusos; quando essa tentativa fracassou, ele chamou o SNI em 1982. O presidente também tentou, sem grande sucesso, privatizar muitas das empresas estatais. Certa vez, frustrado, declarou: “Eles não me obedecem”. Em junho de 1984, o CNPS (Conselho Nacional de Política Salarial), desobedecendo à lei (Decreto-Lei nº 2.065) que proibia aumentos salariais inflacionários, autorizou reajustes maiores para os funcionários de 28 estatais. Várias tentativas para reduzir os orçamentos e os excessos foram rotineiramente ignoradas ou contornadas. Um dos motivos é que muitos dos chefes das estatais tinham acesso direto ao presidente e, se todos os demais meios falhavam, sempre existia o argumento da segurança nacional.

Dois ex-ministros do Planejamento, Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen, propuseram uma desativação parcial das estatais que eles mesmos ajudaram a criarem décadas de 50 e 70. Eles argumentam que, apesar de as estatais terem sido necessárias no início da ênfase na industrialização, a economia brasileira (cujo PNB foi de aproximadamente 290 bilhões de dólares no seu auge, em 1982) não necessita mais delas, e que muitas simplesmente perderam sua utilidade e estão impedindo o crescimento do setor privado. Von Doellinger apóia a tese Campos-Simonsen: em 1983, as estatais federais tiveram receitas de 14,6 tri-

lhões de cruzeiros, mas gastaram 17,5 trilhões. Nos seis primeiros meses de 1984, as estatais consumiram 11,6 trilhões de cruzeiros, ou seja, 47,5% de todos os gastos federais. Von Doellinger espera um déficit maior que o de 1984, de 34,4 trilhões, ou seja, 14,6 trilhões a mais do que no ano anterior.

No entanto, um regime fiscal mais rígido para as estatais poderia ser ruim para o setor privado, uma vez que os empresários brasileiros também viveram das estatais e do governo. Fornecedores de matérias-primas, bens de capital, tecnologia, empresas de engenharia e, ultimamente, fabricantes de hardware e software de computação comem constantemente nos cochos oficiais. Quando as estatais foram incapazes de pagar suas contas em meados de 1982, algumas das principais empresas brasileiras foram levadas à falência. Para complicar o problema do fluxo de caixa, a série de acordos com o FMI ou de “cartas de intenção” — incluindo a sétima e mais recente, assinada no início de 1985 — resultou numa espiral recessiva. O índice subsequente de crescimento negativo do PNB reduziu a demanda das estatais por mercadorias e serviços do setor privado. Importantes líderes empresariais, incluindo muitos ex-altos oficiais dos regimes militares, propuseram uma série de reformas, desde o fim da indexação e dos subsídios, até a retomada de políticas de crescimento. Muitos mostraram-se críticos em relação aos acordos com o FMI, aos quais responsabilizam por uma recessão empresarial de três anos.